



Turismo em território extrativista: Um estudo sobre comunidade São Francisco do Rio Iratapuru – (Amapá, Brasil)

Tourism in extractive territory: A study in the community of São Francisco do Rio Iratapuru – (Amapá, Brazil)

Cleiciane Marques, Nubia Caramello, Frederico Yuri Hanai, Irene Carniatto

RESUMO: A comunidade de São Francisco do Iratapuru, situada no estado do Amapá, no município de Laranjal do Jari, tem sua trajetória marcada por iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, com destaque para a criação da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU) e a implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Iratapuru. Essas ações impulsionaram a valorização de produtos extrativistas e promoveram melhorias socioeconômicas, especialmente após a parceria com a empresa de cosméticos Natura. No entanto, a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari provocou significativos impactos sociais e territoriais, exigindo da comunidade esforços de resiliência e reorganização de ações voltadas à renda. Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos moradores da comunidade São Francisco do Iratapuru, acerca das potencialidades, benefícios e entraves relacionados ao desenvolvimento do turismo sustentável como estratégia de promoção do desenvolvimento local. Por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2020), foram identificadas categorias temáticas que evidenciam o predomínio da dimensão econômica nas representações sociais dos participantes, com destaque para aspectos como geração de renda, criação de empregos e fortalecimento da economia comunitária. Além dos ganhos materiais, a pesquisa revelou a valorização de benefícios intangíveis, tais como acesso ao conhecimento, preservação ambiental e promoção da identidade cultural. Tais achados dialogam com os pressupostos de um turismo voltado à sustentabilidade e ao empoderamento das comunidades locais. Contudo, foram apontados obstáculos significativos, como a ausência de incentivos governamentais, baixa articulação institucional, escassez de projetos estruturados, dificuldades de acesso físico à localidade e frágil mobilização comunitária. A expressiva parcela de moradores que desconhece iniciativas relacionadas ao turismo sinaliza falhas nos processos de comunicação e de inclusão social, comprometendo o engajamento efetivo da população. No tocante às modalidades turísticas consideradas viáveis, destacam-se o ecoturismo, o turismo cultural, de aventura e de eventos. O turismo de base

comunitária, embora menos citado, é reconhecido como uma alternativa estratégica para a promoção do desenvolvimento local sustentável. Conclui-se que a comunidade apresenta elevada receptividade à implementação do turismo sustentável, compreendido como vetor de transformação socioeconômica. No entanto, a concretização desse potencial requer planejamento participativo, capacitação contínua dos moradores e atuação colaborativa entre poder público, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, a fim de assegurar um processo de desenvolvimento ético, inclusivo e ambientalmente responsável.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo inclusivo; Unidade de conservação; Comunidade tradicional; Laranjal do Jari.

ABSTRACT: The community of São Francisco do Iratapuru, located in the municipality of Laranjal do Jari, in the state of Amapá, Brazil, has a trajectory marked by initiatives aimed at sustainable development, notably the establishment of the Mixed Cooperative of Producers and Extractivists of the Iratapuru River (COMARU) and the implementation of the Iratapuru Sustainable Development Reserve (SDR). These actions have driven the valorization of extractivist products and promoted socio-economic improvements, especially after the partnership with the cosmetics company Natura. However, the construction of the Santo Antônio do Jari Hydroelectric Power Plant caused significant social and territorial impacts, requiring the community to make resilience efforts and reorganize income-oriented actions. This study aimed to analyze the perceptions of residents of the São Francisco do Iratapuru community regarding the potential, benefits, and challenges related to the development of sustainable tourism as a strategy for promoting local development. Through Content Analysis as proposed by Bardin (2020), thematic categories were identified that reveal the predominance of the economic dimension in participants' social representations, with emphasis on aspects such as income generation, job creation, and the strengthening of the community economy. Beyond material gains, the research highlighted the appreciation of intangible benefits, such as access to knowledge, environmental preservation, and the promotion of cultural identity. These findings align with the principles of tourism oriented toward sustainability and the empowerment of local communities. Nevertheless, significant obstacles were identified, including the absence of government incentives, weak institutional coordination, scarcity of structured projects, difficulties in physical access to the locality, and fragile community mobilization. The considerable proportion of residents unaware of tourism-related initiatives points to shortcomings in communication and social inclusion processes, undermining effective community engagement. Regarding the tourism modalities considered viable, ecotourism, cultural tourism, adventure tourism, and event-based tourism were most frequently mentioned. Although less cited, community-based tourism was recognized as a strategic alternative for promoting sustainable local development. It is concluded that the community shows a high level of receptivity to the implementation of sustainable tourism, understood as a driver of

socio-economic transformation. However, realizing this potential requires participatory planning, continuous capacity-building for residents, and collaborative action among public authorities, educational institutions, and civil society organizations to ensure an ethical, inclusive, and environmentally responsible development process.

KEYWORDS: Inclusive tourism; Conservation unit; Traditional community; Laranjal do Jari.

Introdução

O turismo, antes idealizado apenas como lazer, tem se mostrado promissor no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e regional. A modalidade de turismo sustentável, que tem a paisagem preservada como elemento motivador (Martinez de Pisón, 1983), hoje é vista como uma das saídas para uma economia limpa e respeitosa. Esse tipo de turismo vem crescendo e provando que é possível desenvolver um local de maneira conciliada com o meio ambiente, a partir de um planejamento prévio, respeitando as populações que lá vivem e o valor que dão ao lugar, promovendo uma territorialidade que as torna singulares (Tuan, 1983; Pollice, 2010).

Contudo, é importante observar que estudos realizados em zonas de influência de áreas protegidas no Vale do Guaporé, no estado de Rondônia, identificaram que o turismo pode se tornar um problema para comunidades tradicionais que vivem às margens dos rios Mequéns e Guaporé (Cota et al., 2019; Orozco; Hanai; Lobo, 2024) quando a população local não é consultada e não há viabilidade para a implantação do turismo antes da construção da infraestrutura necessária. Exemplos disso são os desafios relacionados à gestão dos resíduos sólidos gerados e à qualidade da água (Dourado et al., 2020).

O movimento para a implantação do turismo no estado do Amapá, com foco em áreas protegidas, já é uma realidade. Mais de 70% do território amapaense é coberto por unidades de conservação, entre as quais se destaca a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDSI). A comunidade mais próxima da reserva é a Vila São Francisco do Iratapuru, localizada na entrada da RDSI, onde ocorre o encontro entre os rios Iratapuru e Jari. Conhecida popularmente como "guardiã da RDSI", a comunidade desempenha um papel fundamental na conservação da área. Situada a 59 km do município de Laranjal do Jari, no sul do Amapá, o acesso à Vila São Francisco do Iratapuru se dá por 50 km de estrada de terra, partindo de Laranjal do Jari e passando pelo distrito de Monte Dourado (Almeirim/PA), e mais 9 km pelo Rio Jari, a montante da Cachoeira de Santo Antônio, na margem direita do rio (Amapá, 2015).

A principal fonte de renda dos moradores é o extrativismo da castanha-da-Amazônia, coletada dentro da RDSI. Além da extração, o beneficiamento do óleo da castanha é realizado na própria vila, por meio da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU). O óleo extraído é comercializado com a empresa brasileira de

cosméticos Natura. Além disso, alguns dos resíduos resultantes do processo também são vendidos para outros fins e parceiros (Freitas et al., 2022).

Entretanto, nem todos os comunitários trabalham dentro da fábrica ou com extrativismo da castanha, seja pelo número limitado de vagas, seja pelo fato de algumas pessoas não se identificarem com as atividades disponíveis, optando por não trabalhar na fábrica e/ou na coleta de castanha. Diante disso, há a necessidade de uma fonte de renda opcional, ampliando oportunidades para as pessoas da terceira idade, para as mulheres e para os jovens, que acabam indo embora em busca de trabalho e estudo.

Nesse contexto, o turismo sustentável motivado pelo modo de vida de proteger a natureza dos moradores da comunidade São Francisco do Iratapuru pode ser uma forma de contribuir com a renda e desenvolvimento local. Contudo, o desejo de implantar o turismo na comunidade não pode ser externo como já houve iniciativas, se faz necessário compreender a percepção de seus moradores sobre essa possibilidade (Fremont, 1980; Tuan, 1983), o que torna relevante a iniciativa da construção do Diagnóstico da Gestão territorial para a Sustentabilidade do Vale do Guaporé e do Vale do Jari (Amazônia + 10, 2023) com convite a moradores a se tornar pesquisadores, como é o caso da primeira autora do presente artigo.

Vale ressaltar que a área da comunidade São Francisco do Iratapuru apresenta uma beleza exuberante, tornando-se um atrativo natural para o turismo. Essa característica é especialmente relevante considerando que a comunidade está situada no entorno de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável e possui um histórico de força e resiliência diante dos desafios enfrentados ao longo dos anos. O que torna o objetivo do presente estudo analisar as possibilidades e viabilidade de oferta de bens e serviços aplicadas ao turismo sustentável, proposto a partir da percepção da comunidade.

Revisão de literatura

Áreas protegidas

As áreas protegidas desempenham um papel essencial na preservação da biodiversidade, no equilíbrio ecológico, na mitigação dos impactos ambientais causados pela ação humana e são instrumentos fundamentais para o enfrentamento das mudanças climáticas. Elas auxiliam na regulação do clima, na proteção dos recursos hídricos e na manutenção de corredores ecológicos, essenciais para a sobrevivência de diversas espécies. Além disso, essas áreas garantem a preservação do patrimônio cultural e histórico de comunidades que dependem diretamente da natureza para sua subsistência (Brasil, 2000).

No Brasil, o conceito de áreas protegidas engloba diferentes categorias de proteção territorial. Entre elas, destacam-se as Unidades de Conservação (UCs), as Terras Indígenas (TIs) e os Territórios Quilombolas. Enquanto as UCs são criadas e regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecido pela Lei nº 9.985/2000, as TIs e os Territórios Quilombolas foram reconhecidos como

áreas protegidas pelo Decreto nº 5.758/2006 devido à sua importância na conservação ambiental e na preservação sociocultural (Veríssimo, 2011).

As Unidades de Conservação são classificadas em duas categorias principais, cada uma com diferentes objetivos e restrições: UCs de Proteção Integral: destinam-se exclusivamente à preservação dos ecossistemas, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais. Nessas áreas, são restringidas habitações e moradias, sendo permitidas somente atividades como pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico, desde que controlado. Exemplos desse grupo incluem os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas e as Estações Ecológicas.

UCs de Uso Sustentável: permitem a exploração sustentável dos recursos naturais de maneira regulada, garantindo o equilíbrio entre conservação e desenvolvimento sustentável. Algumas dessas unidades possibilitam a permanência de populações tradicionais, como ocorre nas Reservas Extrativistas (RESEX) e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), onde práticas tradicionais, como o extrativismo, a pesca e a agricultura de subsistência, são permitidas por sua tradicionalidade. (Brasil, 2000, p. 4-7).

Além das Unidades de Conservação, as Terras Indígenas (TIs) e os Territórios Quilombolas desempenham um papel fundamental na proteção ambiental. As TIs são áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e demarcadas pelo Estado para garantir sua posse permanente. Essas áreas são fundamentais para a preservação de conhecimentos ancestrais sobre manejo sustentável e para a manutenção da sociobiodiversidade. Os Territórios Quilombolas, por sua vez, são reconhecidos como áreas de ocupação tradicional de comunidades descendentes de africanos escravizados, que desenvolveram práticas sustentáveis de uso da terra. Esses territórios desempenham um papel relevante na conservação ambiental, uma vez que seus habitantes utilizam os recursos naturais de maneira equilibrada, garantindo a manutenção dos ecossistemas locais (Josse; Tupinambá, 2024).

Tanto as TIs, os Quilombos quanto às Unidades de Conservação passam a ser espaço de turismo na Amazônia (Bezerra et al., 2016; Porto; Proença, 2019). O turismo ecológico, quando permitido e bem manejado, fomenta o desenvolvimento sustentável, promovendo a valorização da cultura local, a geração de renda e a conservação dos ecossistemas.

O fortalecimento da proteção dessas áreas passa por desafios como fiscalização eficiente, políticas públicas eficazes e o reconhecimento dos direitos dos povos e das populações tradicionais. O desenvolvimento sustentável dessas regiões deve ser promovido de forma a equilibrar a conservação ambiental e a qualidade de vida das comunidades locais, garantindo a perpetuação dos recursos naturais para as futuras gerações. A ciência tem papel relevante nesse processo, assim como o turismo ecológico, que contribui para o uso responsável dos territórios protegidos.

Cesta de bens e serviço territoriais (CBST) como motivação para o turismo

A noção de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) constitui um conceito central nas análises sobre desenvolvimento regional, qualidade de vida e formulação de políticas públicas. Trata-se de um conjunto de bens e serviços essenciais à reprodução social de uma determinada população, o qual deve ser compreendido não apenas sob a ótica econômica e de consumo, mas também considerando aspectos sociais, culturais e ambientais, ou seja, a identidade do lugar (Pollice, 2010). Segundo Cazella, Medeiros e Desconsi (2020), a CBST ultrapassa uma visão meramente quantitativa ao incorporar critérios de qualidade, acessibilidade e governança territorial. A perspectiva territorial, nesse sentido, torna-se fundamental para a análise integrada das dinâmicas locais, respeitando as especificidades de cada região e contribuindo para estratégias de redução das desigualdades socioespaciais.

Thiollent (2011) também discute a importância de metodologias participativas no planejamento e gestão territorial, ressaltando que a pesquisa-ação pode contribuir para a construção de soluções mais eficazes e contextualizadas, especialmente quando aplicada à análise de CBST. Sua proposta reforça a ideia de que o conhecimento técnico deve ser articulado ao saber local, promovendo um processo colaborativo e emancipador. Dessa forma, a Cesta de Bens e Serviços Territoriais configura-se como uma ferramenta relevante para compreender e atuar sobre os desafios do desenvolvimento sustentável, articulando economia, território e sociedade de maneira integrada.

A peculiaridade de um lugar pode ser fator motivacional como bem evidenciou Santos e Gama (2011) ao estudarem o protagonismo do pão (do plantar, fabricação da farinha a produção manual do pão) evidenciaram que algumas regiões de Portugal trazem à tona indicadores a serem considerados no turismo como a cultura produtiva, o lugar, a paisagem e a organização do território como atração para o turismo. Esses são elementos essenciais das cestas de bens e serviços de uma região.

Turismo em unidades de Conservação de uso sustentável (RDS): possibilidades e desafios

As Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), representam uma estratégia fundamental para a conciliação entre a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais pelas populações tradicionais. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985/2000, essas unidades visam assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento das comunidades locais (Brasil, 2000).

Nesse contexto, o turismo em RDS surge como uma possibilidade concreta de geração de renda, valorização sociocultural e conservação ambiental. Trata-se de uma atividade que, quando bem planejada, pode estimular o protagonismo das comunidades locais, fomentar a economia

solidária e reforçar os modos de vida tradicionais. O turismo sustentável, portanto, torna-se um aliado da gestão participativa e da manutenção das práticas socioambientais dessas comunidades.

O turismo em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) pode assumir diferentes formas que, juntas, valorizam o território e promovem o protagonismo das comunidades locais. Uma dessas formas é o turismo de base comunitária, no qual os próprios moradores assumem um papel central nas atividades turísticas, organizando hospedagem, alimentação, trilhas interpretativas e vivências culturais (Santana; Nascimento, 2025). Essa abordagem busca reconhecer os saberes tradicionais e garantir uma repartição justa dos benefícios gerados (Ruschmann, 2007). Outra vertente importante é o ecoturismo, que se caracteriza pela visita responsável a ambientes naturais, com foco na conservação e na educação ambiental. Nas RDS, é comum que os visitantes participem de trilhas, passeios de canoa, observação da fauna e da flora, e tenham contato direto com a biodiversidade. Além disso, há o turismo científico, voltado a pesquisadores, estudantes e técnicos que desenvolvem estudos ambientais, monitoramentos e pesquisas participativas. Sendo a comunidade muito procurada em busca de se conhecer o modo de vida e biodiversidade da mesma

A diversidade ecológica e cultural dessas áreas proporciona um cenário ideal para esse tipo de prática (Diegues, 2008). Complementando essas experiências, o turismo pedagógico ou de educação ambiental recebe escolas, universidades e grupos organizados com objetivos formativos, contribuindo para a sensibilização dos visitantes e o fortalecimento da função educativa das Unidades de Conservação (Loureiro; Gonçalves, 2016). Razão que leva muitas universidades, institutos, grupos de pesquisas e jornalistas a procurarem a imersão na comunidade.

O turismo cultural destaca-se pela valorização do patrimônio imaterial das comunidades tradicionais, como festas populares, expressões artísticas, artesanato, culinária típica, lendas e práticas religiosas, sendo uma expressão profunda da identidade e da memória dos povos da floresta, dos rios e das águas. Nesse contexto, o turismo de eventos também ganha espaço, ao incluir festividades locais, feiras culturais, encontros comunitários e celebrações religiosas, que não apenas atraem visitantes como também fortalecem os laços sociais e promovem a economia local. Esses eventos funcionam como importantes vitrines da cultura viva das comunidades, ampliando as oportunidades de interação entre moradores e turistas e reforçando o sentimento de pertencimento e orgulho cultural.

Segundo Diegues (2008), todas essas modalidades podem ser integradas de forma planejada para fortalecer a multifuncionalidade das RDS e aumentar sua resiliência socioeconômica. A diversificação das atividades turísticas contribui para reduzir a pressão sobre os recursos naturais e promover a autonomia das populações locais.

Um exemplo prático da viabilidade do turismo de base comunitária pode ser encontrado no estudo pioneiro realizado em 2018 por acadêmicas do curso de Gestão Ambiental do Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari. Intitulado “Caracterização Socioeconômica e Análise da Viabilidade do Turismo de Base Comunitária na Comunidade São Francisco

do Iratapuru”, o trabalho teve como objetivo principal realizar uma caracterização socioeconômica da referida comunidade, localizada na RDS do Rio Iratapuru, no estado do Amapá. Além disso, buscou-se avaliar a viabilidade da implementação do Turismo de Base Comunitária (TBC) na região, considerando aspectos como infraestrutura local, potencial turístico, organização comunitária e possíveis impactos socioeconômicos e ambientais.

A pesquisa destacou o TBC como uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento sustentável, valorizando a cultura local e incentivando a participação ativa da comunidade na gestão das atividades turísticas. Os resultados apontaram que, apesar dos desafios relacionados à infraestrutura e à capacitação técnica, a comunidade possui um potencial significativo para o desenvolvimento do turismo comunitário, especialmente devido à sua rica biodiversidade e patrimônio cultural. O estudo também enfatizou a necessidade de políticas públicas e parcerias que apoiem a capacitação dos moradores e a melhoria da infraestrutura, visando assegurar que o turismo se desenvolva de forma sustentável e traga benefícios reais para a comunidade local.

Contudo, após seis anos diversos desafios ainda persistem. A ausência de infraestrutura básica, a falta de apoio institucional e a escassez de capacitação técnica podem comprometer a qualidade da atividade turística e a integridade socioambiental da RDS (Loureiro, Gonçalves, 2016). Além disso, a dificuldade de acesso, o isolamento geográfico e os conflitos entre diferentes atores — como órgãos governamentais, ONGs e comunidades — exigem estratégias de governança colaborativa. Outro ponto de atenção é o risco da massificação do turismo. Segundo Butler (1999), a gestão inadequada do fluxo de visitantes pode gerar impactos negativos sobre os ecossistemas e descaracterizar os valores culturais das comunidades. Por isso, é fundamental adotar o planejamento integrado, com base em zoneamento, indicadores de capacidade de carga e monitoramento contínuo, conforme defendido por Beni (2006).

Dessa forma, as RDS constituem um espaço potencial para o desenvolvimento de modelos turísticos inovadores, baseados em princípios de equidade, educação ambiental e valorização da sociobiodiversidade. Para que essa potencialidade se concretize, é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas, a garantia da inclusão social e a implementação de instrumentos eficazes de planejamento, gestão e controle. Sendo necessário ouvir a comunidade para compreender as demandas para o fortalecimento ou implantação do turismo, respeitando as peculiaridades regionais e culturais.

Material e Métodos

Histórico e Caracterização da Comunidade São Francisco do Iratapuru

A RDSI é uma unidade de conservação de uso sustentável, gerida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP). Foi criada pela Lei Estadual nº 392 de 11 de dezembro de 1997, e possui uma

extensão oficial de 806.184 hectares (Fig. 1), abrangendo os municípios de Laranjal do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande. Ela desempenha um papel essencial na conservação ambiental e na manutenção das práticas culturais locais, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, conservação e preservação ambiental (Amapá, 2015).

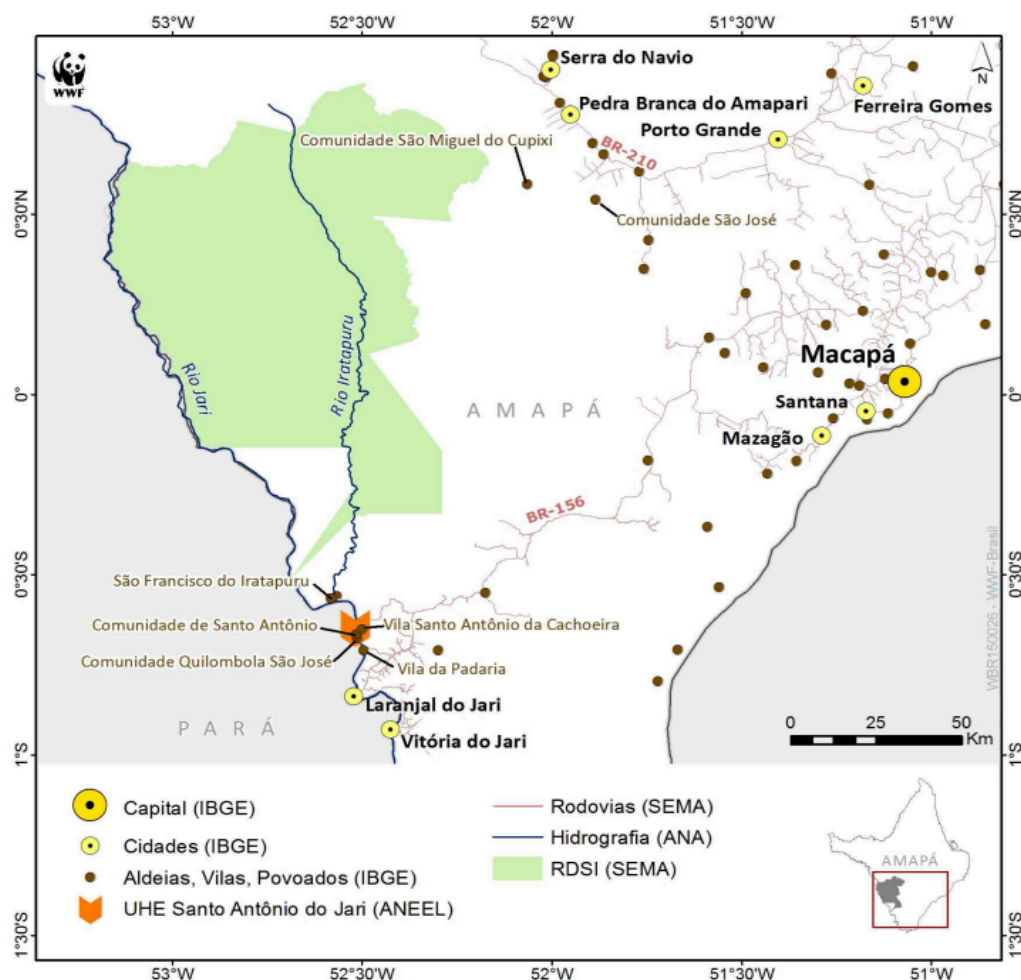


Figura 1: Mapa de Localização da RDSI e comunidades do seu entorno.

Figure 1: Map of location of the RDSI and surrounding communities.

Fonte: Amapá (2015).

Source: Amapá (2015).

A comunidade de São Francisco do Iratapuru está localizada na confluência dos rios Iratapuru e Jari, no sul do estado do Amapá, a aproximadamente 59 km do município de Laranjal do Jari. O acesso à vila se dá por cerca de 50 km de estrada de terra, partindo de Laranjal do Jari, passando pelo distrito de Monte Dourado (Almeirim/PA), e, em seguida, por mais 9 km de navegação pelo rio Jari, a montante da Cachoeira de Santo Antônio, na margem direita do rio (Amapá, 2015). Como também pode ser realizada diretamente de Laranjal do Jari até a Cachoeira de Santo Antônio, via embarcação fluvial, tendo que realizar um transbordo da embarcação para alcançar a parte da represa da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Em alguns períodos do ano, a segunda opção é a única possível.

Antes da fundação da vila atualmente estabelecida, os habitantes da região encontravam-se dispersos ao longo do Rio Iratapuru, dentro da área que posteriormente se tornaria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDSI). Após séculos de ocupação indígena, a região passou a ser habitada por coletores de produtos extrativistas, inicialmente voltados para a exploração da borracha. Durante esse período, o trabalho era caracterizado pela rigidez e por frequentes abusos, incluindo condições análogas à escravidão. Com o declínio do ciclo da borracha, os extrativistas remanescentes passaram a ter a castanha-da-Amazônia como principal fonte de renda (Tourneau; Beaufort, 2019).

Esses moradores dedicavam-se ao manejo de castanhais e ao cultivo de roças para subsistência. A partir de 1988, devido à grande distância em relação às cidades de Laranjal do Jari (AP) e Monte Dourado (PA), à falta de acesso à educação e saúde e ao objetivo de agregar valor à castanha-da-Amazônia, as famílias que viviam dispersas ao longo do rio decidiram se reunir e estabelecer uma comunidade na sua foz.

Esse local corresponde atualmente à Vila São Francisco do Iratapuru (Fig. 2), situada na área de entorno da RDSI, sendo a comunidade mais próxima da reserva.



Figura 2: Comunidade antes da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari
Figure 2: Community before the Hydroelectric Power Plant of Santo Antônio do Jari

Fonte: Registro familiar da primeira autora.

Source: Family record of the first author.

Os moradores da comunidade são predominantemente extrativistas, tendo na castanha-da-Amazônia seu principal produto de exploração sustentável. No passado, outros recursos naturais foram explorados, algumas vezes seguindo ciclos econômicos e, em outras, como alternativas de renda ou experimentação. Entre esses produtos destacam-se a balata, a seringa, a andiroba, o breu-branco, o cipó-titica, a copaíba, o açaí e o leite da maçaranduba (Amapá, 2015).

A criação de uma cooperativa representou um marco fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, proporcionando melhores condições de mercado e valorização dos produtos extrativistas (Freitas, 2022). Em 1990, foi fundada a Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (Comaru), com apoio do governo estadual por meio do "Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá" (PDS/AP), criado pelo então governador João Alberto Capiberibe.

O mesmo programa também foi responsável pela criação da RDS Iratapuru, uma unidade de conservação com 806.814 hectares, destinada à preservação ambiental. A cooperativa recebeu investimentos essenciais

para a construção de sua fábrica, sendo um dos principais financiadores, o "Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil" (PPG7).

A unidade fabril iniciou suas atividades com a produção de biscoitos de castanha, adquiridos para a merenda escolar. No entanto, em 2002, um incêndio destruiu completamente as instalações, interrompendo a produção. Em 2003, um novo ciclo de desenvolvimento teve início com a formalização de uma parceria estratégica entre a empresa de cosméticos Natura e a Comaru. Esse acordo garantiu a aquisição da resina do breu-branco e do óleo de castanha-da-Amazônia a preços significativamente superiores aos praticados no mercado convencional, proporcionando melhores condições econômicas para a comunidade. Além disso, a empresa Natura forneceu suporte financeiro para a reconstrução da fábrica, que foi modernizada e ampliada para incluir uma linha de produção dedicada à extração de óleo, atendendo à demanda da empresa (Tourneau; Beaufort, 2019).

Apesar dos avanços, a comunidade enfrenta desafios significativos com a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, pela Empresa de Energia de Portugal (EDP). O empreendimento impactou diretamente a localidade, levando à demolição da vila original para a formação do reservatório da usina. O deslocamento forçado da população resultou em alterações significativas no modo de vida dos moradores (Fig. 3), que enfrentaram dificuldades de adaptação às novas condições habitacionais e sociais (Tourneau; Beaufort, 2019).

Embora com muitos desafios, a comunidade de São Francisco do Iratapuru conseguiu preservar suas tradições e fortalecer sua organização social.



Figura 3: Comunidade após a Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari.

Figure 3: Community after the hydroelectric power plant of Santo Antônio do Jari.

Fonte: Banco de dados da pesquisa realizada.

Source: Database of the research carried out.

Metodologia de pesquisa

A base metodológica utilizada neste estudo foi a pesquisa-ação (Baldissera, 2001; Thiollent, 2011), uma abordagem que estabelece uma relação entre conhecimento e ação, envolvendo tanto a população estudada quanto o pesquisador. Esse método possibilita a confrontação das teorias

levantadas no início do estudo com a realidade observada ao final da pesquisa, garantindo maior coerência entre o conhecimento teórico, a prática e a realidade desejada pela comunidade. Segundo Thiollent (2011), a pesquisa-ação se caracteriza pela interação contínua entre os sujeitos envolvidos, promovendo um processo dinâmico de reflexão e intervenção. Esse modelo metodológico não apenas investiga um fenômeno, mas também busca transformá-lo, tendo como objetivo a entrega de um produto que possa ser utilizado pela comunidade para implementar mudanças e melhorias em seu ambiente.

Baldissera (2001) reforça que a pesquisa-ação reconhece o indivíduo como agente ativo e detentor do conhecimento sobre sua própria realidade, possibilitando que este atue de forma direta na transformação do meio em que está inserido. Dessa forma, a própria população, com base em dados reais e participativos obtidos por meio de técnicas de coleta e interpretação de dados, consegue identificar problemas, propor soluções e atender às suas necessidades de maneira autônoma e sustentável.

Levantamento de dados

A coleta de dados ocorreu por meio de dois momentos o primeiro em fevereiro de 2022 quando ocorre uma reunião com a comunidade São Francisco do Iratapuru e pesquisadores vinculados a Iniciativa Amazônia + 10 com projetos no Vale do Jari, para identificar as demandas da comunidade, diálogo que foi o pilar de implantação da comunidade no projeto de Iniciativa Amazônia + 10, envolvendo pesquisadores de quatro estados. Um segundo momento ocorreu em setembro de 2023, durante a expedição de campo com um grupo de pesquisadores, composto por alunos e professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. Durante a visita, foram conduzidas entrevistas semi estruturadas contendo onze perguntas vinculadas ao turismo, com o intuito de compreender a percepção dos comunitários sobre o turismo sustentável, suas potencialidades e desafios.

Segundo dados da Associação da População Tradicional da Biodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (Bio-Rio), em 2024 a comunidade contava com 88 famílias, destas aproximadamente 60 residências estão dentro da Vila (De acordo com moradores). Para garantir a representatividade da pesquisa, optou-se por entrevistar um membro de cada família, totalizando 45 residências entrevistadas, tendo sido 55 consultadas e 5 residências fechadas, o que totalizou 100% das residências visitadas. Para efeitos de frequência de resposta optou em considerar apenas o total respondente.

Além da abordagem direta com os moradores, a pesquisa adotou uma perspectiva sistêmica, permitindo não apenas a análise das respostas obtidas, mas também a observação das características naturais e socioeconômicas da comunidade e de seu entorno, considerando que a primeira autora faz parte da mesma. Esse olhar ampliado possibilitou a contextualização das informações coletadas, destacando as riquezas

ambientais e culturais da região, bem como os desafios enfrentados para a implementação do turismo sustentável.

Análise de dados

A análise dos dados foi conduzida em dois momentos. Inicialmente, foram realizadas a leitura e a comparação das respostas obtidas nas entrevistas aplicadas, considerando também os relatos orais dos entrevistados como complemento às informações coletadas. Para a interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo proposto por Bardin (2020), que consiste na organização das respostas em categorias predominantes, permitindo a identificação de padrões e tendências entre os participantes. Análise de conteúdo temática por frequência separada em categorias predominantes, oportunizou que os entrevistados pudessem expor quantos exemplos desejassem, o que levou no momento da análise da frequência da categoria, considerar a totalidade das respostas e não de entrevistados.

Em seguida, os dados foram transcritos em um banco de dados criado a partir da plataforma *Google Forms*, possibilitando a sistematização das informações de forma clara e objetiva, considerando a frequência relativa e absoluta das respostas. Para facilitar a visualização e interpretação dos resultados, os dados foram convertidos em gráficos, tabelas e quadros proporcionando uma representação mais acessível e ilustrativa das principais conclusões da pesquisa.

Resultados e Discussão

Ao questionar o nível de conhecimento dos moradores da comunidade São Francisco do Rio Iratapuru, sobre o termo "turismo sustentável", obtido por meio de entrevistas aplicadas localmente, oportunizou identificar que a maioria dos participantes da pesquisa (66%) possui conhecimento acerca do conceito. Este conhecimento prévio pode facilitar a adesão e o engajamento da população local em práticas turísticas que visam a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico equilibrado, pilares do turismo sustentável (Ruschmann, 2007). Entretanto, a constatação de que 34% dos moradores desconhecem o termo "turismo sustentável" aponta para a necessidade de ações de informação e sensibilização direcionadas à comunidade, visando alinhamento para futuros diálogos de implantação.

Compreender o significado e os benefícios do desenvolvimento sustentável é crucial para garantir o apoio e a participação ativa dos residentes nas atividades turísticas propostas. Estratégias de comunicação e educação ambiental podem ser importantes para integrar essa parcela da população, promovendo uma compreensão coletiva da importância da sustentabilidade para o futuro da comunidade e para o sucesso do turismo na região (Carvalho; Marujo, 2010).

Considerando que o turismo sustentável, conforme abordado neste estudo, busca conciliar o desenvolvimento turístico com a preservação ambiental e o bem-estar das comunidades locais, considerando o importante papel das paisagens preservadas (Martinez de Pisón, 1983), o nível de

conhecimento sobre o termo "desenvolvimento sustentável" entre os moradores da comunidade de São Francisco do Rio Iratapuru, emerge como um fator relevante a ser considerado no planejamento e na implementação de práticas turísticas na região.

A identificação de uma parcela da comunidade que ainda não possui familiaridade com o conceito reforça a importância de estratégias de engajamento e capacitação para garantir a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas turísticas. Realidade evidenciada quando questionados sobre intenção de desenvolver o turismo sustentável, a maioria dos moradores da comunidade (51%) relatou nunca ter cogitado o desenvolvimento desse tipo de turismo na área onde vivem, em sua maioria, pela falta de familiaridade com o tema e possíveis benefícios. Esse resultado contrasta com uma parcela menor (45%), que já considera essa possibilidade.

Essa prevalência pode estar associada ao desconhecimento do termo como evidenciado anteriormente, e ainda estar vinculadas a dois pontos:

O primeiro ponto pode sugerir uma resistência inicial ou uma falta de familiaridade com o potencial do turismo como uma atividade econômica complementar ou alternativa às práticas extrativistas tradicionais (Cota et al., 2019; Tourneau; Beaufort, 2019). É possível que os moradores não percebam os benefícios que o turismo sustentável pode trazer para a comunidade, tanto em termos econômicos quanto sociais e culturais, ou que estejam preocupados com os possíveis impactos negativos, como a alteração do seu modo de vida e do meio ambiente (Veríssimo et al., 2011).

O segundo ponto, a diferença, embora pequena, entre os que cogitaram e os que não cogitaram o turismo, aponta para a existência de diferentes visões e expectativas dentro da comunidade (Mealla; Silva, 2018). A parcela de 45% que já pensou no desenvolvimento turístico demonstra uma abertura ou interesse nessa atividade, o que pode ser um ponto de partida importante para futuras iniciativas.

Diante desse cenário, torna-se ainda mais crucial a implementação de uma abordagem participativa e dialógica no planejamento do turismo (Goodwin, 2011). É fundamental entender as razões pelas quais a maioria dos moradores nunca cogitou o turismo, identificar suas preocupações e expectativas, e promover ações de informação e sensibilização sobre os princípios e benefícios do turismo sustentável e do Turismo de Base Comunitária (TBC) (Carvalho; Marujo, 2010; Corrêa et al., 2018). Como também averiguar se os que não buscam a alternativa, já não estão incluídos nas atividades geradoras de emprego na comunidade.

O engajamento ativo da comunidade desde as etapas iniciais do planejamento é essencial para construir confiança, garantir a adesão e o apoio local, e assegurar que o desenvolvimento turístico seja verdadeiramente sustentável, inclusivo e beneficie a todos os moradores. Um fator de desconhecimento do conceito, e não de ser contra o turismo, fica evidente no momento que é perguntando a percepção da população local sobre o potencial do turismo como atividade econômica no território investigado. A expressiva maioria de 86% das respostas indica um otimismo ou reconhecimento das oportunidades econômicas que o turismo pode proporcionar.

Em contraste, apenas uma pequena parcela de 12% dos respondentes não percebe esse potencial. Para Beni (2006), o turismo pode ser compreendido como um fenômeno econômico e social com capacidade de impulsionar transformações estruturais, desde que orientado por planejamento participativo e integrado. Foi perguntado também qual era o grau de concordância da comunidade quanto à implementação de práticas de turismo no território, sendo que 97,4% dos participantes concordam com a adoção desse modelo como alternativa para o desenvolvimento do lugar, desde que seja desenvolvido de forma responsável, respeitando o meio ambiente e o modo de vida local. Essas percepções exaltam que a comunidade tem uma postura de sustentabilidade, ainda que o termo não tenha sido absorvido por todos.

Apenas 2,6% se posicionaram de forma contrária. Esses resultados revelam um elevado nível de aceitação social da proposta da implantação do turismo consciente, o que representa um indicativo estratégico para a construção de políticas públicas e iniciativas privadas voltadas a esse fim. Segundo Coriolano (2010), a aceitação da comunidade local é um dos pilares que sustentam o turismo, pois garante legitimidade às ações e fortalece os vínculos identitários com o território. Além disso, a participação ativa dos moradores na formulação, execução e monitoramento de práticas turísticas sustentáveis amplia o potencial de permanência dos resultados a longo prazo e reduz os impactos negativos associados ao turismo convencional.

No que diz respeito ao questionamento sobre o turismo ser benéfico ou não, os 100% dos entrevistados responderam considerar positiva a iniciativa. Além de gerar renda em diversos setores, o turismo poderia reduzir a dependência da cooperativa COMARU, que gera emprego para a maioria da comunidade, atualmente a principal fonte de sustento local. Esse cenário abriria novas oportunidades de emprego e empreendedorismo, incentivando a valorização da cultura, a preservação ambiental e o fortalecimento da economia comunitária.

A unanimidade observada nesta situação também pode estar relacionada ao desejo coletivo de superação de desafios socioeconômicos, sobretudo em regiões que enfrentam carência de alternativas econômicas sustentáveis. Nesse sentido, o turismo é percebido não apenas como uma oportunidade de negócio, mas como uma estratégia de desenvolvimento territorial integrada, com potencial de promover inclusão, resiliência e fortalecimento comunitário.

Os benefícios do turismo, segundo a percepção dos moradores da comunidade São Francisco do Iratapuru (Fig. 4, próxima página) identificada após categorização e o agrupamento temático das respostas, permitiram identificar os sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências e expectativas relacionadas ao turismo. Com base nesse procedimento analítico, emergiram categorias recorrentes, sendo as mais mencionadas: “Financeiro ou Economia”, “Renda da comunidade participante” e “Emprego”.

Esses dados indicam que, do ponto de vista da comunidade, o turismo é fortemente associado à geração de renda, oportunidades de

trabalho e dinamização da economia local. A ênfase na dimensão econômica está em consonância com Beni (2006), que reconhece o turismo como um vetor estratégico de desenvolvimento em áreas com economia fragilizada, capaz de ativar cadeias produtivas locais e promover inclusão.

Outras categorias revelam a presença de benefícios intangíveis, como “Conhecimento”, “Desenvolvimento”, “Preservar a natureza” e “Mostrar a cultura da comunidade”, indicando que a percepção da população não se limita à esfera econômica, mas também abrange impactos culturais, educacionais e ambientais. Essa perspectiva está alinhada aos estudos de Scheyvens (1999), que ressaltam a importância do empoderamento comunitário e da valorização cultural como pilares do turismo sustentável.

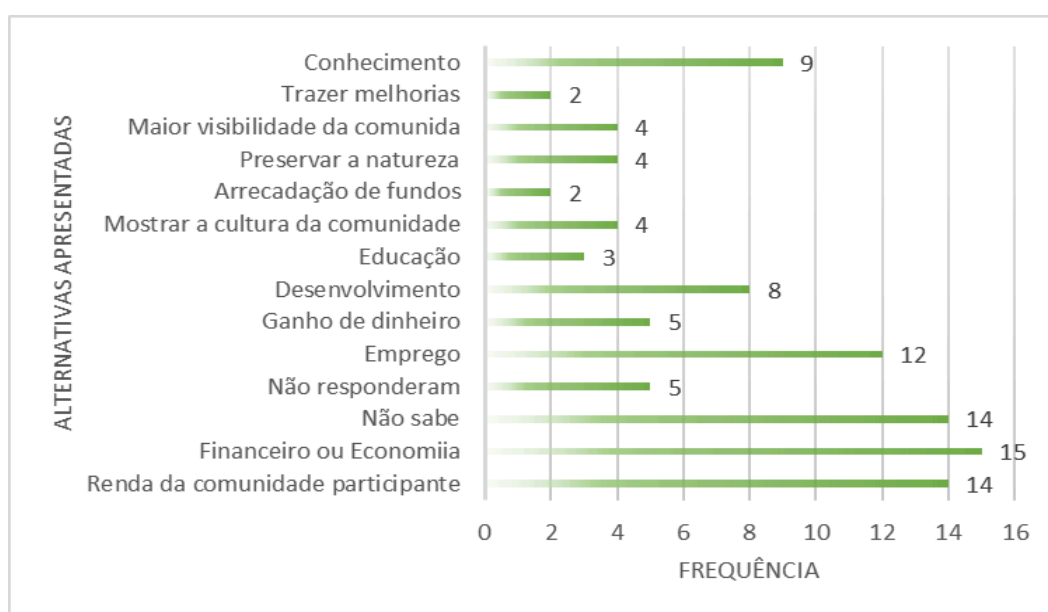


Figura 4: Benefícios do turismo pelo olhar dos moradores
Figure 4: Benefits of tourism through the eyes of the residents
Fonte: Banco de dados da pesquisa realizada.
Source: Database of the research carried out.

No entanto, é necessário destacar a ocorrência de respostas como “Não responderam” e “Não sabe”, o que sinaliza limitações no acesso à informação ou ausência de experiências concretas com o turismo por parte de uma parcela dos entrevistados. Essa lacuna revela a importância de investimentos em ações formativas e estratégias de comunicação comunitária, que promovam maior compreensão e engajamento com o setor turístico. Assim, a aplicação da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) permitiu identificar não apenas os benefícios percebidos, mas também os saberes, lacunas e aspirações dos moradores em relação ao turismo.

Os dados apontam para um entendimento da atividade turística como multifacetada e promissora, especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida, geração de renda e fortalecimento cultural. Contudo, o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento turístico dependerá da

capacidade de inclusão e participação ativa da comunidade nos processos de planejamento e gestão. De modo geral, observa-se que o foco das respostas está voltado para aspectos econômicos e sociais, como a geração de emprego, renda financeira e o desenvolvimento da comunidade.

Com base na análise, foi possível identificar cinco categorias centrais que se destacaram nas respostas dos participantes sobre os fatores que dificultam a implementação do turismo na (figura 5), a categoria “falta de incentivo” foi a mais recorrente, revelando uma percepção coletiva de ausência de estímulo – seja financeiro, técnico ou institucional – para o desenvolvimento turístico local. Essa frequência reforça o que Bardin denomina de “unidades de sentido”, que se repetem de maneira significativa no corpus textual.

A segunda categoria mais citada refere-se ao engajamento dos comunitários, sugerindo que a mobilização social e a participação ativa da população ainda enfrentam desafios. De acordo com Bardin (2011), a análise temática permite compreender as representações sociais expressas nos discursos, e neste caso, destaca-se uma visão crítica quanto ao comprometimento dos moradores com iniciativas de turismo, o que pode estar relacionado a fatores culturais, sociais ou à falta de informação.

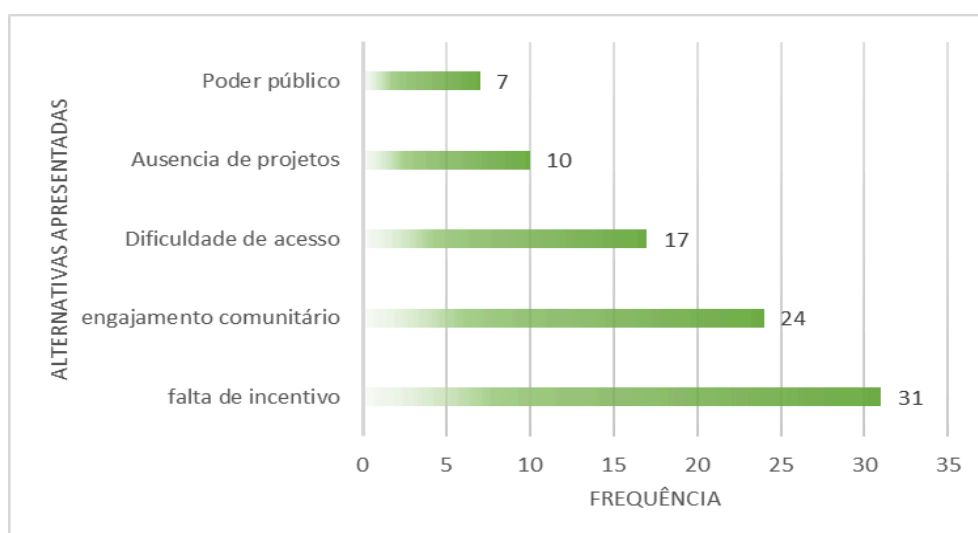


Figura 5: Entraves para desenvolvimento do turismo na comunidade

Figure 5: Obstacles to tourism development in the community

Fonte: Banco de dados da pesquisa realizada.

Source: Database of the research carried out.

A dificuldade de acesso, por sua vez, aparece como um obstáculo físico e estrutural. Essa categoria ilustra o que Bardin chama de “inferências e interpretações possíveis” diante dos dados, apontando que a ausência de infraestrutura de transporte ou vias adequadas compromete diretamente a viabilidade do turismo. Já a ausência de projetos reforça a inexistência de planejamento estratégico voltado ao turismo. Bardin (2020) ressalta que o tratamento das informações deve considerar o contexto e a intencionalidade do discurso, o que, neste caso, revela uma lacuna de ações organizadas, capazes de estruturar e potencializar o setor.

Por fim, a categoria poder público é mencionada como um agente ausente ou ineficaz na condução de políticas públicas voltadas ao turismo sustentável. A baixa frequência dessa categoria, no entanto, pode indicar uma naturalização da omissão estatal, ou ainda, uma transferência de responsabilidade para outros atores, o que poderá ser mitigado com a criação da Secretária de Turismo em 2025, pelo prefeito de Laranjal do Jari. Assim, ao aplicar o método de Bardin (2020), constata-se que as falas dos participantes expressam não apenas as carências materiais da comunidade, mas também aspectos simbólicos e sociais que atravessam a percepção da realidade e das possibilidades de desenvolvimento turístico.

Os resultados referentes ao grau de conhecimento dos moradores sobre as iniciativas existentes para o desenvolvimento do turismo na localidade evidenciaram que 66,2% dos entrevistados afirmaram não possuir conhecimento acerca dessas ações, enquanto 33,8% responderam de forma positiva. Revelam uma lacuna significativa na comunicação e divulgação das iniciativas voltadas à promoção do turismo local. A maioria da população, ao demonstrar desconhecimento sobre tais ações, indica a necessidade de estratégias mais eficazes de engajamento e participação comunitária. A ausência de informação pode comprometer tanto o apoio quanto o envolvimento dos moradores, elementos fundamentais para o sucesso de qualquer política pública ou projeto turístico com viés sustentável.

Dessa forma, observa-se a importância de investir em ações de sensibilização e educação comunitária, bem como em canais de comunicação acessíveis e transparentes, de modo a fortalecer o vínculo entre os gestores das iniciativas turísticas e os residentes locais. A inclusão da comunidade nos processos decisórios e operacionais contribui não apenas para a eficácia das ações, mas também para o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade quanto ao desenvolvimento turístico da região. Ao ser questionados sobre “a percepção de quais modalidades turísticas que podem ser desenvolvidas na localidade” emergiram seis (6) categorias predominantes, dentre as alternativas apresentadas, o ecoturismo destacou-se com maior frequência, indicando que a população reconhece o forte potencial natural da região como um atrativo central para o turismo (Fig. 6). Em seguida, o turismo cultural e o turismo de aventura também foram apontados com relevância, o que sugere uma valorização das manifestações culturais locais e das possibilidades de atividades em meio à natureza.

O turismo de eventos foi mencionado por 20 moradores, indicando a existência ou o potencial de festividades e celebrações capazes de atrair visitantes. Um exemplo é a festividade religiosa realizada anualmente no mês de outubro, em homenagem ao padroeiro da comunidade São Francisco de Assis. Destaca-se também a festa dançante da comunidade, que ocorre no mesmo período e atrai participantes de diversas cidades vizinhas. Com desfiles, apresentações culturais, DJs, bandas, bingos e atividades de aventura, o evento — denominado Fest Iratapuru (Fig. 7 próxima página) — tem se consolidado como um grande sucesso regional.

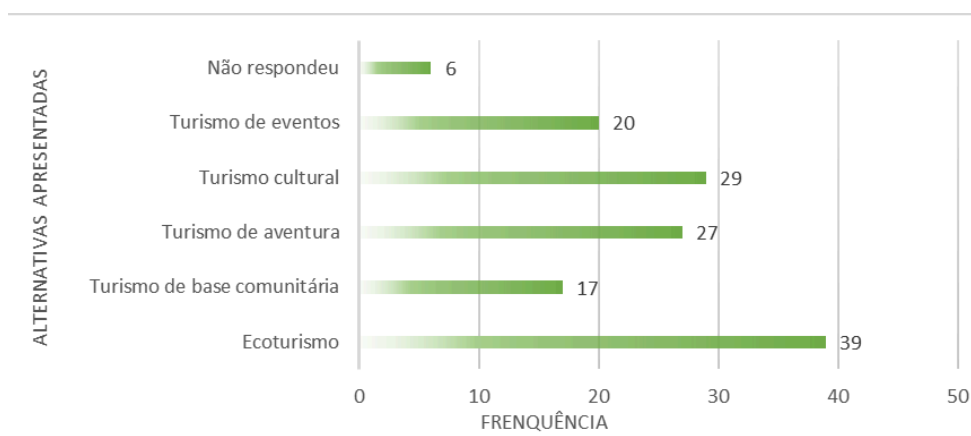


Figura 6: Percepção dos moradores quanto às modalidades turísticas que podem ser desenvolvidas na comunidade São Francisco do Iratapuru

Figure 6: Residents perception of the tourist modalities that can be developed in the São Francisco do Iratapuru community

Fonte: Banco de dados da pesquisa realizada.

Source: Database of the research carried out.



Figura 7: Registros do Fest Iratapuru 2024

Figure 7: Iratapuru festival records 2024

Fonte: Banco de dados da pesquisa.

Source: Database of the research carried out.

Já o turismo de base comunitária, embora tenha sido menos mencionado, representa uma modalidade estratégica para o desenvolvimento local, por promover a participação direta da comunidade na atividade turística. Vale destacar ainda o pequeno número de não respondentes, o que demonstra o interesse e o engajamento da população com o tema proposto. Esses dados revelam que os moradores possuem uma visão diversificada sobre as possibilidades de turismo na comunidade, com destaque para modalidades sustentáveis e integradas à realidade local, reforçando a vocação do território para práticas turísticas que valorizem o meio ambiente, a cultura e a inclusão social.

Considerações Finais

A pesquisa realizada na comunidade São Francisco do Iratapuru, localizada no estado do Amapá, permitiu compreender as percepções, expectativas e desafios relacionados à implantação do turismo sustentável como alternativa de desenvolvimento local. Os resultados evidenciam que, embora a prática turística ainda não esteja estruturada na localidade, há um amplo reconhecimento do potencial natural, cultural e social existente,

especialmente para modalidades como o ecoturismo, turismo cultural e de aventura.

Verificou-se que 97,4% dos moradores entrevistados manifestaram concordância com a implementação do turismo sustentável, enquanto 100% consideraram a atividade benéfica para a comunidade. Tais dados revelam um ambiente social favorável à introdução de práticas turísticas que respeitem os princípios da sustentabilidade e valorizem o modo de vida tradicional. No entanto, a pesquisa também identificou limitações que devem ser consideradas, como a falta de incentivo governamental, a carência de projetos específicos, a escassez de engajamento comunitário e as dificuldades de acesso à região.

Além dos benefícios econômicos, como geração de renda e empregos, os participantes também atribuíram, ao turismo, potenciais ganhos sociais e culturais, como a valorização da identidade local, promoção do conhecimento e incentivo à preservação ambiental. Contudo, a baixa menção direta à conservação da natureza nas respostas indica que essa dimensão ainda precisa ser mais trabalhada e enfatizada nos processos formativos.

Dessa forma, conclui-se que o turismo sustentável, quando pautado em planejamento participativo, gestão territorial integrada e capacitação comunitária, apresenta-se como uma alternativa viável e desejável para o fortalecimento socioeconômico da comunidade São Francisco do Iratapuru. Para isso, é imprescindível a atuação conjunta entre poder público, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e a própria comunidade, de modo a assegurar que o turismo se desenvolva de forma ética, inclusiva e em consonância com os princípios da sustentabilidade.

Referências

AMAZÔNIA + 10. **Chamada de propostas**. Disponível em:

<https://www.amazoniamaisdez.org.br/chamada-primeira>. Acesso em: 10 dezembro de 2023.

AMAPÁ. **Plano de Manejo Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDSI**. Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá – SEMA. Macapá: 2015. 244p. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/2695_20170912_174532.pdf. Acesso em: 30 mar. 2023.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, v. 7, n. 2, p. 5–25, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/570?>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. Editora 70, Coimbra, 2020.

BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BEZERRA, Dayara Vanessa de Souza; NUNES, Jonathan Rodrigues; NASCIMENTO, Rayanne Silva; NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros.

Turismo de Base Comunitária: proposta para o resgate cultural da comunidade quilombola Alto Itacuruçá, Abaetetuba (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 9, n. 6, 2016. DOI: 10.34024/rbecotur.2016.v9.6571. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6571>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BUTLER, Richard William. Sustainable tourism: A state-of-the-art review. ***Tourism Geographies***, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.

CARVALHO, Paulo; MARUJO, Maria Noémi. Turismo, planejamento e desenvolvimento sustentável. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 147-161, out. 2010. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdp/c/handle/10174/4146>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CAZELLA, Ademir Antônio; MEDEIROS, Monique; DESCONSI, Cristiano; SCHNEIDER Sérgio; PAULA, Leandro Guimarães Nunes. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **G&DR**, v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez. 2020. Taubaté, SP. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881/985>. Acesso em: 18 jan. 2025.

COTA, Thalita; SILVA, Fabricia; SILVA, Danstin; CARAMELLO, Nubia. Indicadores socioambientais como instrumento de gestão de território fluvial: comunidade de Rolim de Moura do Guaporé-RO. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n. 17, p. 29-54, jun. 2019. DOI: [dx.doi.org/10.17127/got/2019.17.002](https://doi.org/10.17127/got/2019.17.002).

CORIOLOANO, Luzia Neide Maia. **Turismo de Base Comunitária e Sustentabilidade: fundamentos e práticas**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CUNHA, Geremias Dourado; CASTRO, David Braga; SANTOS, Andressa. Viana CARAMELLO, Nubia; STACHIW, Rosalvo TRONCO, Kênia Michele De Quadros. Qualidade da água de poços em Rolim de Moura do Guaporé, Rondônia. **Revista Brasileira de Ciências a Amazônia**, v. 9, p. 1, 2020

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Desenvolvimento Local e Turismo: Interfaces e Possibilidades**. Campinas: Autores Associados, 2010.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2008.

FREITAS, Bruno Dutra; SILVA, José Carlos da; SILVA, José Carlos da; SILVA, José Carlos da. A gestão do Rio Iratapuru na experiência da indústria comunitária da Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru na cidade de Laranjal do Jari, Amapá, Brasil. In: CARAMELLO, Nubia. et al. (org.). **Diálogos transfronteiriços e transversal em prol dos rios e das águas** [livro eletrônico]. Laranjal do Jari: ZION, 2022. p. 250-264.

FREMONT, Armand. **Região: espaço vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

JOSSE, Carmen; TUPINAMBÁ, Raquel; ARMENTERAS, Dolores; BARRETO, Henyo; GUZMÁN, Alicia; MAKUXI, Ivo; GUARANI, Almiros; HELIPERN, Sebastián; BEGOTTI, Rodrigo Anzolin; VISCARRA, Federico Ernesto. **Áreas protegidas e territórios indígenas**: pilares para alcançar as metas de conservação na Amazônia. Science Panel for the Amazon, 2024. Disponível em: <https://www.theamazonwewant.org/wp-content/uploads/2024/09/Portuguese-PB-Areas-Protegidas-e-Territorios-Indigenas.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; GONÇALVES, José Milton de Souza. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

MANETTA, Bárbara Romano; BARROSO, Bruna; ARRAIS, Talicy; NUNES, Thays. Unidades de conservação. **Engenharias On-line**, v. 1, n. 2, p. 1–10, 2015. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/eol/article/view/2959>. Acesso em: 26 fev. 2025.

MARTÍNEZ DE PISÓN, Eduardo. Cultura y ciencia del paisaje. **Revista Ag. Y Soc.**, n. 27, abr./jun. 1983.

OROZCO, Margarita María Dueñas; Hanai, Frederico Yuri; LOBO, Heros Augusto Santos. Conceptual Tripod of Ecotourism for Compliance Assessment of a National Park in the Brazilian Amazon. **Journal of Tourismology**, [Publisher Location], v. 10, n. 2, p. 173-181, 2024.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 7-24, 2010.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11. ed. Campinas: Papirus, 2007.

SANTANA, Carla Medeiros; NASCIMENTO, Marcos Antônio Leite do. Produção científica em turismo sustentável: um estudo sobre as abordagens predominantes. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 312–327, 2025. DOI: 10.34024/rbecotur.2025.v18.16150. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/16150>. Acesso em: 13 abr. 2025

SCHEYVENS, Regina. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management**, v. 20, n. 2, p. 245–249, 1999.

SOUSA, Jayna Beatriz Mealla; SILVA, Nayane Souza. **Caracterização socioeconômica e análise da viabilidade do turismo de base comunitária na comunidade São Francisco do Iratapuru**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) – Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari, Laranjal do Jari, 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

FRANÇOIS-MICHEL Le Tourneau; BASTIEN Beaufort. São Francisco do Iratapuru: o impacto de uma grande obra. In: CANTO, O. (org.). **Amazônias brasileiras**. Belém: NUMA/UFPA, 2019. p. 35-55. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-02357306/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

TUAN, Yan Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

PORTO, Nailza Pereira; PROENÇA, Ana Rosa Guimarães Bastos. Análise socioeconômica do turismo comunitário na Comunidade Indígena Nova Esperança, RDS Puranga Conquista (AM). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, [S. l.], v. 12, n. 4, 2019. DOI: 10.34024/rbecotur.2019.v12.6758. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6758>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VERÍSSIMO, Adalberto; ROLLA, Alicia; VEDOVETO, Mariana; FUTADA, Sílvia de Melo (Orgs.). **Áreas protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios**. Belém: IMAZON; São Paulo: ISA, 2011. Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/2673-2/> Acesso em: 26 fev. 2025

Agradecimentos

Os autores agradecem as Agências de Fomento FAPERO, FAPESP, FAPEAP e Araucária pela disponibilidade de recurso ao Projeto vinculado a Iniciativa Amazônia + 10 (2023-2026), e a última Agência pela Bolsa de Pós-doutorado via Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Programa Desenvolvimento Rural Sustentável concedida a segunda autora e ao CNPQ pela bolsa de produtividade concedida a última autora. Ainda ao Centro de Estudos Geográficos e Ordenamento do Território na Universidade de Coimbra pela instância investigativa como pesquisadora convidada e pós-doutoranda. Como também a Cooperativa de trabalhadores extrativistas do Rio Iratapuru – COMARU e a comunidade de São Francisco do Iratapuru pela confiança e oportunidade de implantação do projeto em execução na mesma e aos integrantes do Grupo de Investigação Diálogo Fluvial Interdisciplinar que integraram as expedições.

Cleiciane Marques: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, Brasil.

E-mail: cleicianemarques5@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1108443687408192>

Nubia Caramello: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, Brasil.

E-mail: nubia.caramello@ifap.edu.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8155132371455051>

Frederico Yuri Hanai: Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, São Paulo, Brasil.

E-mail: fredyuri@ufscar.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7651828454575175>

Irene Carniatto: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Paraná, Brasil.

E-mail: irenecarniatto@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7508449720430708>

Data de submissão: (a equipe da Revista irá preencher)

Data do aceite: (a equipe da Revista irá preencher)

Avaliado anonimamente